

STJ00096679

Coordenador
LUIZ FUX

PROCESSO CONSTITUCIONAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

978472

P956

Processo constitucional / Ana Carolina Squadri Santanna ... [et al.] ; coordenação Luiz Fux. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2013.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-4848-1

1. Direito Constitucional. I. Santanna, Ana Carolina Squadri. II. Fux, Luiz.

13-02229

CDU: 342(81)

SUMÁRIO

PARTE I

Direito Processual Constitucional

- 1 PROCESSO E CONSTITUIÇÃO 3
Luiz Fux
- 2 PREMISSAS TEÓRICAS PARA A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DO TRABALHO 45
Carolina Tupinambá
- 3 PROCESSO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA À LUZ DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO 103
Marco Antonio dos Santos Rodrigues
- 4 AS RECENTES REFORMAS PROCESSUAIS CIVIS CONTEMPORÂNEAS. SINTONIA DO DIREITO PROCESSUAL E DIREITO CONSTITUCIONAL 139
Mauricio Vasconcelos Galvão Filho

PARTE II

Jurisdição e Processo

- 5 AS SENTENÇAS ADITIVAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 169
Antônio Veloso Peleja Júnior
- 6 A MODERNA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL 223
Claudio Roberto Pieruccetti Marques

7	COOPERAÇÃO INTERJURISDICIONAL E EFETIVIDADE DO PROCESSO	281
	<i>Henrique Guelber de Mendonça</i>	
8	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A EFICÁCIA VINCULANTE DE SUAS DECISÕES	303
	<i>Denise Maria Rodríguez Moraes</i>	
9	REPERCUSSÃO GERAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	353
	<i>Ana Carolina Squadri Santanna</i>	
10	DA “OBJETIVAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO” À VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA: COMMON LAW À BRASILEIRA?	405
	<i>Andre Vasconcelos Roque</i>	
11	O PROCESSO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	465
	<i>Guilherme Kronenberg Hartmann</i>	
12	A MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA E A MODULAÇÃO DE SEUS EFEITOS TEMPORAIS	517
	<i>Franklyn Roger Alves Silva</i>	

PARTE III

Processo e Democracia

13	JURISDIÇÃO CRIATIVA E A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO SEU ASPECTO LEGITIMADOR	559
	<i>Humberto Santarosa</i>	
14	CONTRADITÓRIO COMO DEVER E A BOA-FÉ PROCESSUAL – OS FINS SOCIAIS DO PROCESSO	633
	<i>Francesco Conte</i>	
15	O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, A BOA-FÉ PROCESSUAL, AS MATÉRIAS COGNOSCÍVEIS DE OFÍCIO E AS DECISÕES JUDICIAIS DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	729
	<i>Márcio Carvalho Faria</i>	
16	A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA PROCESSUAL COLETIVA: APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	771
	<i>Táisa Bittencourt Leal Queiroz</i>	

- 17 MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: MAIS UM CAMINHO PARA A EFETIVIDADE DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS 811
Marcela Kohlbach de Faria
- 18 SEGURANÇA JURÍDICA E CONFIANÇA LEGÍTIMA: REFLEXOS E EXPECTATIVAS PROCESSUAIS..... 847
Trícia Navarro Xavier Cabral
- 19 O PROCESSO CIVIL PARTICIPATIVO: A EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL E O PROJETO DO NOVO CPC..... 897
Bruno Vinícius Da Rós Bodart
- 20 DURAÇÃO RAZOÁVEL: UM MANDAMENTO CONSTITUCIONAL PARA A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA OS ENTES PÚBLICOS 909
Diego Martinez Ferverza Cantoario
- 21 IGUALDADE NO PROCESSO E FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO..... 963
Cristiane Rodrigues Iwakura

PARTE IV

Cognição Processual à Luz da Constituição Federal de 1988

- 22 A PRIVACIDADE COMO UMA LIMITAÇÃO DO DIREITO DE PROVA 1003
Gustavo Quintanilha Telles de Menezes
- 23 A COGNIÇÃO SUMÁRIA E A COISA JULGADA NO PROCESSO JUSTO..... 1073
José Aurélio de Araújo
- 24 PROCESSO, PROVA E VERDADE..... 1135
Filipe Guimarães